

ESP-FED-CENTRO DE ESTUDOS-PGE

Estudo Técnico Preliminar 23/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 023.00018498/2026-55

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação decorre da necessidade institucional de realização do 58º Curso de Atualização Jurídica – Encontro de Procuradores do Estado de São Paulo, promovido pelo Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – CEPGE/SP, órgão auxiliar da Procuradoria Geral do Estado, nos termos do art. 46 da Lei Complementar Estadual nº 1.270/2015.

2.2. Dentre as competências institucionais do Centro de Estudos encontra-se a promoção do aprimoramento profissional e cultural dos Procuradores do Estado, servidores, estagiários e demais integrantes da instituição, mediante ações de capacitação, atualização jurídica, intercâmbio técnico e integração institucional.

2.3. Nesse contexto, os Encontros de Atualização Jurídica constituem atividade tradicional e estratégica da Procuradoria Geral do Estado, sendo realizados periodicamente com a finalidade de promover a atualização técnica dos Procuradores do Estado, o debate de temas jurídicos relevantes à atuação institucional, o alinhamento de entendimentos jurídicos e a integração entre as diversas áreas de atuação da PGE-SP.

2.4. O evento possui relevante caráter institucional e técnico, permitindo o aprofundamento de discussões relacionadas às áreas da Consultoria Geral, Contencioso Geral e Contencioso Tributário-Fiscal, favorecendo a uniformização de teses jurídicas, o compartilhamento de experiências práticas e o aprimoramento das estratégias de atuação em defesa do interesse público.

2.5. Além do conteúdo técnico-jurídico, o modelo de realização do encontro em ambiente único de hospedagem e trabalho favorece a imersão institucional dos participantes, permitindo maior aproveitamento das atividades acadêmicas e profissionais, bem como a interação contínua entre Procuradores de diferentes unidades e regiões do Estado, circunstância que contribui diretamente para o fortalecimento da atuação institucional integrada da PGE-SP.

2.6. A necessidade da contratação também decorre da inviabilidade operacional de realização do evento em estrutura própria da Administração, uma vez que o encontro demanda:

- capacidade de hospedagem para até 210 participantes;
- auditórios e salas simultâneas adequadas à realização de palestras e painéis técnicos;
- infraestrutura audiovisual especializada;
- serviços contínuos de alimentação;
- espaços integrados para circulação, networking e atividades institucionais;
- serviços operacionais de apoio ao evento;
- estrutura logística compatível com evento de médio/grande porte.

2.7. Dessa forma, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de turismo e eventos, apta a disponibilizar, em ambiente hoteleiro único, toda a infraestrutura necessária à plena execução do encontro, compreendendo, de forma integrada e indissociável:

- hospedagem;
- locação de espaços para eventos;
- alimentação;
- coffee-break;
- coquetel;
- serviços de audiovisual;
- filmagem e fotografia;
- apoio operacional;
- transporte terrestre;
- demais serviços correlatos.

2.8. A opção pela realização do evento em hotel localizado nos municípios previamente delimitados decorre da necessidade de compatibilizar:

- acessibilidade logística;
- deslocamento seguro e viável dos participantes;
- disponibilidade de rede hoteleira compatível com o padrão exigido;
- ambiente adequado à imersão institucional;
- afastamento das rotinas ordinárias de trabalho;
- viabilidade operacional e econômica da contratação.

2.9. A limitação geográfica para municípios situados em distância compatível com deslocamento terrestre a partir da Capital também visa racionalizar custos de transporte, otimizar o tempo de deslocamento dos participantes e assegurar maior eficiência operacional do evento.

2.10. A exigência de hotel com padrão equivalente à categoria 5 estrelas não possui caráter restritivo ou de luxo desarrazoado, mas decorre da necessidade objetiva de infraestrutura compatível com a complexidade do evento, considerando:

- o número elevado de participantes;
- a necessidade de múltiplos ambientes simultâneos;
- a realização integrada de hospedagem, alimentação e atividades acadêmicas;
- a necessidade de acessibilidade;
- disponibilidade de equipamentos e serviços especializados;
- segurança operacional;
- estabilidade de conectividade e suporte tecnológico;
- adequação dos espaços físicos às atividades institucionais.

2.11. Adicionalmente, a contratação em solução integrada mostra-se tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa à Administração, considerando a elevada interdependência entre os serviços envolvidos, cuja fragmentação poderia comprometer:

- a execução coordenada do evento;
- a responsabilização contratual;
- o controle operacional;
- a padronização dos serviços;
- a logística de atendimento;
- a experiência institucional pretendida;
- além de aumentar significativamente os riscos de descontinuidade, incompatibilidade operacional e falhas de execução.

2.12. A contratação pretendida encontra-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, revelando-se necessária, adequada e proporcional para atendimento das necessidades institucionais da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete da Procuradora do Estado Chefe do Centro de Estudos da PGE-SP	Mariana Beatriz Tadeu de Oliveira
Serviço de Administração	Alvenir Calcanho de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação pretendida tem por objeto a prestação de serviços especializados para organização e execução do 58º Curso de Atualização Jurídica – Encontro de Procuradores do Estado de São Paulo, em ambiente hoteleiro único, contemplando serviços de hospedagem, locação de espaços para eventos, alimentação, coquetel, coffee-break, transporte, infraestrutura audiovisual e demais serviços correlatos necessários à plena execução do evento.

4.2. Os requisitos da contratação foram definidos a partir das necessidades institucionais da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, considerando a natureza técnica do evento, o quantitativo estimado de participantes, a necessidade de integração operacional entre os serviços e a busca pela adequada execução contratual.

4.3. Requisitos Gerais da Solução

A solução deverá ser executada de forma integrada e coordenada, em ambiente único, compreendendo:

- hospedagem;
- salas e auditórios para realização das atividades;
- alimentação completa dos participantes;
- serviços de apoio operacional;
- infraestrutura tecnológica e audiovisual;
- serviços de fotografia e filmagem;
- transporte terrestre;
- suporte operacional contínuo durante o evento.

4.4. A contratação deverá ocorrer sob regime de empreitada por preço unitário, com adjudicação pelo valor global do objeto, considerando a elevada interdependência entre os serviços.

A execução deverá ocorrer em hotel localizado em um dos seguintes municípios do Estado de São Paulo:

- Atibaia;
- Cabreúva;
- Cesário Lange;
- Ibiúna;
- Itatiba;
- Itu;
- Mogi das Cruzes;
- São Roque.

4.5. A localização deverá permitir deslocamento terrestre viável a partir da Capital do Estado, observando critérios de logística, segurança, acessibilidade e eficiência operacional.

4.6. Requisitos de Hospedagem

O hotel deverá possuir capacidade operacional suficiente para hospedagem de até 210 participantes, incluindo Procuradores do Estado e palestrantes convidados, observada a seguinte estimativa:

- até 200 apartamentos duplos;
- até 20 apartamentos single.

As unidades habitacionais deverão:

- possuir padrão compatível com hotel categoria 5 estrelas ou equivalente técnico;
- apresentar adequado estado de conservação, conforto, higiene e acessibilidade;
- disponibilizar acesso à internet;
- possuir climatização adequada;
- disponibilizar mobiliário funcional e compatível com atividades profissionais;
- disponibilizar café da manhã;
- contemplar infraestrutura adequada à permanência dos hóspedes durante todo o evento.

O hotel deverá comprovar:

- regularidade de funcionamento;
- observância às normas sanitárias e de segurança;
- acessibilidade;
- existência de alvarás e licenças aplicáveis;
- conformidade com normas de prevenção e combate a incêndio.

4.7. Requisitos dos Espaços para Eventos

A contratada deverá disponibilizar:

- auditório principal para realização da abertura e atividades plenárias;
- salas simultâneas para realização de painéis temáticos;
- espaços de apoio para credenciamento e circulação;
- ambientes adequados para alimentação e coquetel.

Os ambientes deverão:

- possuir climatização;
- apresentar condições adequadas de iluminação e acústica;
- possuir mobiliário compatível com eventos corporativos;
- contar com acessibilidade;
- possuir acesso à internet estável;
- comportar adequadamente o quantitativo estimado de participantes.

As salas deverão permitir:

- realização de atividades presenciais e híbridas;
- transmissão remota;
- utilização de recursos multimídia;
- instalação de painéis de LED;
- operação simultânea de equipamentos audiovisuais.

4.8. Requisitos de Alimentação

A solução deverá contemplar:

- café da manhã;
- dois jantares;
- um almoço;
- serviços de coffee-break;
- serviço de coquetel volante.

Os serviços de alimentação deverão:

- observar normas sanitárias vigentes;
- utilizar produtos de qualidade compatível com o padrão do evento;
- disponibilizar opções vegetarianas;
- garantir condições adequadas de higiene, conservação e manipulação dos alimentos;
- possuir equipe suficiente para atendimento da demanda.

Os cardápios deverão apresentar variedade e compatibilidade com eventos institucionais de natureza corporativa.

4.9. Requisitos de Infraestrutura Tecnológica e Audiovisual

A contratada deverá disponibilizar infraestrutura audiovisual completa, incluindo:

- sonorização;
- microfones;
- painéis de LED;
- notebooks;
- impressoras;
- sistemas de projeção;
- conectividade;
- suporte técnico contínuo.

Os equipamentos deverão:

- ser compatíveis com o porte do evento;
- apresentar adequado estado de conservação;
- permanecer operacionais durante toda a execução;
- possuir suporte técnico especializado em tempo integral.

Também deverá ser assegurada:

- gravação integral das palestras;
- cobertura fotográfica profissional;
- disponibilização posterior do material produzido.

4.10. Requisitos do Serviço de Transporte

A solução deverá contemplar transporte terrestre dos participantes entre a Capital e o hotel, em percurso de ida e volta.

Os veículos deverão:

- possuir capacidade compatível com a demanda;
- estar devidamente regularizados;
- atender às normas da legislação de trânsito;
- possuir seguro obrigatório e demais coberturas exigidas;
- garantir acessibilidade e segurança dos passageiros.

Os motoristas deverão:

- possuir habilitação compatível;
- atender aos requisitos legais aplicáveis;
- estar devidamente identificados e aptos à execução do serviço.

4.11. Requisitos de Sustentabilidade

A contratada deverá, sempre que possível:

- adotar práticas sustentáveis na execução contratual;
- promover uso racional de água e energia;
- minimizar desperdícios;
- priorizar materiais reutilizáveis ou recicláveis;
- observar boas práticas ambientais na prestação dos serviços.

Os serviços de alimentação deverão observar práticas adequadas de gerenciamento de resíduos e descarte ambientalmente correto.

4.12. Requisitos de Execução Contratual

A contratada deverá:

- disponibilizar preposto durante toda a execução;
- assegurar equipe suficiente para atendimento do evento;
- cumprir integralmente os horários da programação;
- garantir continuidade operacional dos serviços;
- responsabilizar-se pela coordenação logística necessária à execução integrada da solução.

Os serviços deverão ser executados conforme cronograma previamente aprovado pela Administração.

4.13. Requisitos de Qualificação da Contratada

A futura contratada deverá demonstrar:

- capacidade técnica compatível com o objeto;
- experiência na realização de eventos corporativos ou institucionais de porte semelhante;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- aptidão operacional para execução integrada dos serviços.

Poderão ser exigidos atestados de capacidade técnica compatíveis com:

- organização de eventos corporativos;
- prestação de serviços de hotelaria;
- execução de serviços de alimentação;
- infraestrutura audiovisual e operacional.

4.14. Requisitos de Pagamento e Medição

O pagamento será realizado conforme a efetiva utilização dos serviços, observados os quantitativos efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

A Administração informará previamente:

- quantitativo final de participantes;
- distribuição das hospedagens;
- quantitativos de refeições;
- definições operacionais do evento.

A medição deverá observar critérios objetivos de comprovação da execução contratual.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, bem como ao art. 9º, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, realizou-se levantamento de mercado com a finalidade de identificar as soluções disponíveis aptas ao atendimento da necessidade administrativa, avaliando-se aspectos de viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação.

5.2. O levantamento considerou a natureza do evento, o quantitativo estimado de participantes, a necessidade de integração operacional dos serviços e as características específicas da solução pretendida.

A partir da análise realizada, foram identificadas as seguintes alternativas de mercado:

5.3. Alternativa 1 – Contratação fragmentada dos serviços

Consistiria na realização de múltiplas contratações independentes para atendimento das diversas necessidades do evento, tais como:

- hospedagem;
- locação de auditórios;
- alimentação;
- coffee-break;
- coquetel;
- audiovisual;
- fotografia e filmagem;
- transporte;
- apoio operacional.

Vantagens identificadas

- possibilidade de contratação individualizada por especialidade;
- ampliação potencial da competitividade em determinados itens;
- eventual obtenção pontual de menor preço em serviços específicos.

Desvantagens identificadas

- elevada complexidade de gestão contratual;
- multiplicidade de fornecedores;
- aumento significativo dos riscos de incompatibilidade operacional;
- dificuldade de coordenação logística entre serviços interdependentes;
- maior probabilidade de falhas de execução;
- dificuldade de responsabilização em caso de inadimplemento;
- risco de descontinuidade operacional durante o evento;
- aumento dos custos indiretos de fiscalização e gestão;
- possibilidade de conflitos entre fornecedores;
- perda da integração necessária ao modelo de imersão institucional.

Além disso, a fragmentação da solução mostraria baixa eficiência operacional, considerando que a execução do evento depende de sincronização contínua entre hospedagem, alimentação, infraestrutura física, audiovisual e programação técnica.

Dessa forma, embora teoricamente possível, a alternativa mostrou-se inadequada sob a perspectiva técnica e operacional.

5.4. Alternativa 2 – Realização do evento em espaço corporativo sem hospedagem integrada

Consistiria na realização do encontro em centro de convenções, auditório corporativo ou estrutura semelhante, desacompanhada da hospedagem no mesmo local.

Nesse modelo, os participantes seriam hospedados em hotéis distintos ou realizariam deslocamentos diários até o local do evento.

Vantagens identificadas

- possibilidade de ampliação do universo de espaços disponíveis;
- eventual redução pontual de custos de locação de auditórios;
- maior flexibilidade na escolha de fornecedores específicos.

Desvantagens identificadas

- descaracterização do modelo institucional de imersão;
- perda de integração entre participantes;
- aumento dos deslocamentos internos;
- maior risco de atrasos e absenteísmo;
- aumento da complexidade logística;
- necessidade de contratação complementar de transporte contínuo;
- dispersão operacional dos participantes;
- redução da eficiência das atividades de integração institucional;
- maior dificuldade de coordenação do evento.

Considerando a natureza institucional do Encontro de Procuradores do Estado, verificou-se que a separação entre hospedagem e ambiente de realização das atividades comprometeria diretamente os objetivos estratégicos do evento.

Assim, a alternativa não se mostrou a mais adequada ao interesse público envolvido.

5.5. Alternativa 3 – Realização do evento em hotel com contratação integrada da solução

Consiste na contratação de empresa especializada para prestação integrada dos serviços necessários à realização do evento em ambiente hoteleiro único, compreendendo:

- hospedagem;
- espaços para eventos;
- alimentação;
- infraestrutura audiovisual;
- apoio operacional;
- transporte;
- serviços correlatos.

Vantagens identificadas

- centralização da execução contratual;
- maior eficiência operacional;
- integração logística entre todos os serviços;
- redução de riscos de incompatibilidade operacional;
- maior facilidade de fiscalização;
- responsabilização contratual unificada;
- melhor aproveitamento da programação técnica;
- fortalecimento da proposta de imersão institucional;
- otimização dos deslocamentos;
- maior comodidade e segurança aos participantes;
- racionalização administrativa da gestão contratual;
- redução do risco de descontinuidade dos serviços durante o evento.

Desvantagens identificadas

- redução relativa do universo de fornecedores aptos ao atendimento integral da solução;
- necessidade de maior capacidade operacional da futura contratada;
- dependência de disponibilidade de estrutura hoteleira compatível nas datas previstas.

Apesar disso, a alternativa mostrou-se significativamente superior às demais sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, especialmente diante da elevada integração entre os serviços necessários à execução do evento.

5.6. Análise da Solução Existente no Mercado

O levantamento de mercado evidenciou a existência de empreendimentos hoteleiros e empresas organizadoras de eventos aptos a atender às necessidades da Administração, especialmente nos municípios previamente delimitados pela área demandante.

Verificou-se que o mercado dispõe de hotéis e estruturas voltadas à realização de eventos corporativos de médio e grande porte, com:

- hospedagem integrada;
- auditórios;
- salas simultâneas;
- serviços de alimentação;
- infraestrutura audiovisual;
- áreas de convivência;
- serviços de apoio operacional.

Também foi constatada a existência de fornecedores especializados na gestão integrada de eventos institucionais, aptos à coordenação logística necessária ao objeto pretendido.

A exigência de padrão equivalente a hotel categoria 5 estrelas mostrou-se compatível com a realidade mercadológica existente nas localidades indicadas, especialmente considerando:

- o porte do evento;
- o quantitativo de participantes;
- a necessidade de múltiplos ambientes simultâneos;
- os requisitos de acessibilidade;
- a infraestrutura tecnológica exigida;
- o perfil institucional do encontro.

5.7. Conclusão do Levantamento de Mercado

Após análise das alternativas disponíveis, concluiu-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação integrada de empresa especializada para realização do evento em ambiente hoteleiro único, contemplando hospedagem, alimentação, espaços para eventos, infraestrutura operacional e serviços correlatos.

A solução escolhida apresenta maior compatibilidade com:

- os objetivos institucionais do evento;
- a necessidade de integração operacional;
- a eficiência administrativa;
- a segurança da execução contratual;
- a economicidade global da contratação;
- o adequado atendimento ao interesse público.

Conclui-se, portanto, que a solução integrada representa a alternativa tecnicamente mais viável e administrativamente mais vantajosa para a Administração Pública.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de turismo corporativo, hotelaria e organização de eventos, para execução integrada do 58º Curso de Atualização Jurídica – Encontro de Procuradores do Estado de São Paulo, em ambiente hoteleiro único, contemplando toda a infraestrutura necessária à realização do evento.

6.2. A solução deverá compreender, de forma indissociável e coordenada, os seguintes serviços:

- hospedagem;
- locação de auditórios e salas de eventos;
- alimentação;
- coffee-break;
- coquetel;
- infraestrutura audiovisual;
- filmagem e fotografia;
- transporte terrestre;
- apoio operacional;
- serviços correlatos necessários à plena execução do evento.

6.3. A contratação será realizada sob regime de empreitada por preço unitário, com adjudicação pelo valor global do objeto, considerando a elevada interdependência técnica e operacional entre os serviços.

6.4. Caracterização Geral da Solução

O evento será realizado em hotel localizado em um dos municípios previamente definidos pela Administração, observadas as condições de acessibilidade, infraestrutura e capacidade operacional compatíveis com o objeto.

A solução deverá permitir a realização do encontro em modelo de imersão institucional, no qual:

- hospedagem;
- atividades acadêmicas;
- alimentação;
- integração institucional;
- apoio logístico;
- circulação dos participantes;
ocorram de forma integrada em um mesmo complexo hoteleiro.

O modelo busca assegurar:

- maior aproveitamento das atividades técnicas;
- integração entre Procuradores das diversas unidades da PGE-SP;
- redução de deslocamentos internos;
- eficiência logística;
- padronização operacional;
- melhor controle contratual;
- maior segurança na execução dos serviços.

6.5. Estrutura Operacional da Solução

A solução deverá contemplar infraestrutura suficiente para atendimento de até 210 participantes, incluindo Procuradores do Estado, palestrantes convidados e demais envolvidos na execução do evento.

A estrutura mínima deverá compreender:

- unidades habitacionais compatíveis com padrão equivalente a hotel categoria 5 estrelas;
- auditório principal para atividades plenárias;
- salas simultâneas para painéis temáticos;
- espaços para credenciamento;
- ambientes adequados para refeições;
- áreas destinadas ao coffee-break e coquetel;
- infraestrutura de conectividade;
- suporte audiovisual integral;
- suporte técnico permanente;
- estacionamento suficiente para os participantes.

A contratada deverá assegurar a plena operacionalidade dos serviços durante todo o período do evento.

6.6. Solução de Hospedagem

A solução contempla hospedagem dos participantes em unidades habitacionais do próprio hotel onde ocorrerá o evento, permitindo integração entre:

- acomodação;
- alimentação;
- atividades técnicas;
- espaços de convivência.

A hospedagem deverá incluir:

- apartamentos single e duplos;
- café da manhã;
- climatização;
- acesso à internet;
- acessibilidade;
- serviços essenciais de hotelaria;
- infraestrutura compatível com padrão superior de atendimento.

A contratação considerará quantitativos máximos estimados, sendo o pagamento realizado conforme efetiva utilização.

6.7. Solução para Realização das Atividades Técnicas

A solução deverá disponibilizar:

- auditório principal para palestras de abertura e painéis conjuntos;
- salas simultâneas para debates temáticos;
- estrutura física compatível com eventos corporativos de médio/grande porte;
- mobiliário adequado;
- climatização;
- conectividade;
- iluminação apropriada;
- acessibilidade.

As salas deverão suportar:

- apresentações presenciais;
- transmissão híbrida;
- participação remota de palestrantes;
- utilização de painéis de LED;
- gravação audiovisual das atividades.

A disposição física dos ambientes deverá favorecer:

- conforto dos participantes;
- visibilidade;
- circulação;
- interação institucional;
- adequada dinâmica das apresentações.

6.8. Solução de Alimentação

A solução abrangerá:

- café da manhã;
- dois jantares;
- um almoço;
- coffee-breaks;
- coquetel volante.

Os serviços deverão ser executados com padrão compatível com eventos institucionais, observando:

- qualidade dos insumos;
- variedade de cardápios;
- condições sanitárias adequadas;
- disponibilidade de opções vegetarianas;
- capacidade de atendimento simultâneo dos participantes.

Os ambientes destinados à alimentação deverão possuir:

- climatização ou ventilação adequada;
- mobiliário compatível;
- condições de higiene;
- capacidade suficiente para acomodação dos participantes.

6.9. Solução Audiovisual e Tecnológica

A solução deverá incluir infraestrutura tecnológica e audiovisual completa, contemplando:

- sonorização;
- microfones;
- painéis de LED;
- notebooks;
- impressoras;
- equipamentos de projeção;
- acesso à internet;
- suporte técnico especializado;
- sistemas de transmissão remota.

Os serviços deverão permanecer disponíveis durante toda a execução do evento, com suporte técnico contínuo e capacidade de resposta imediata a eventuais falhas operacionais.

Também integrarão a solução:

- filmagem integral das palestras;
- cobertura fotográfica profissional;
- entrega posterior do material gravado e editado.

6.10. Solução de Transporte

A solução contemplará serviço de transporte terrestre de ida e volta entre a Capital do Estado e o hotel onde será realizado o evento.

Os veículos deverão:

- possuir capacidade compatível com a demanda;
- apresentar condições adequadas de segurança e conforto;
- possuir acessibilidade;
- estar regularizados perante os órgãos competentes;
- contar com seguros e autorizações exigidos pela legislação.

O serviço deverá ser executado em conformidade com os horários e itinerários definidos pela Administração.

6.11. Integração e Gestão da Solução

A futura contratada será responsável pela coordenação integrada de todos os serviços necessários à execução do evento, devendo:

- disponibilizar preposto responsável;
- realizar acompanhamento operacional contínuo;
- assegurar integração logística entre os serviços;
- solucionar intercorrências operacionais;
- garantir cumprimento dos horários e da programação.

A execução integrada da solução busca minimizar riscos operacionais decorrentes da fragmentação contratual, assegurando:

- maior eficiência administrativa;
- melhor controle da execução;
- centralização da responsabilização contratual;
- continuidade operacional dos serviços;
- padronização da experiência institucional do evento.

6.12. Justificativa Técnica da Solução Adotada

A solução integrada em ambiente hoteleiro único mostrou-se a alternativa tecnicamente mais adequada e administrativamente mais vantajosa, considerando:

- a natureza institucional do evento;
- o quantitativo de participantes;
- a necessidade de integração logística;
- a interdependência entre os serviços;
- a necessidade de imersão institucional;
- a complexidade operacional da execução.

A fragmentação da solução implicaria aumento significativo:

- dos riscos operacionais;
- da complexidade administrativa;
- dos custos indiretos de gestão e fiscalização;
- da probabilidade de falhas de coordenação;
- da dificuldade de responsabilização contratual.

Assim, a solução proposta atende de forma adequada aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, interesse público e governança das contratações públicas previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa das quantidades da presente contratação foi elaborada com base:

- no histórico de participação das edições anteriores do Encontro de Procuradores do Estado;
- na capacidade operacional necessária à realização do evento;
- na previsão de participação de Procuradores do Estado, palestrantes convidados e equipe de apoio;
- na dinâmica operacional das atividades programadas;
- no modelo de imersão institucional adotado pela Administração.

7.2. Os quantitativos estimados representam limites máximos de utilização, podendo sofrer variações conforme a efetiva adesão dos participantes e a definição final da programação do evento.

7.3. A Administração informará à futura contratada, previamente à realização do evento, os quantitativos efetivos necessários à execução contratual, especialmente em relação à hospedagem, refeições e serviços correlatos.

7.4. Quantitativos Estimados da Contratação

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Estimada
01	Diária em apartamento single com café da manhã	Diária	20
02	Diária em apartamento duplo com café da manhã	Diária	200
03	Locação de auditório principal para até 250 pessoas	Diária	2
04	Locação de duas salas simultâneas para até 150 pessoas cada	Diária	1
05	Serviço de reposição de água mineral nas salas de eventos	Diária	2
06	Serviço de áudio e suporte técnico para as salas de eventos	Diária	2
07	Serviço de filmagem simultânea das palestras	Diária	2
08	Serviço de cobertura fotográfica profissional	Diária	2
09	Serviço de coffee-break	Pessoa	420
10	Serviço de refeições (02 jantares e 01 almoço)	Pessoa	630
11	Serviço de coquetel volante	Pessoa	210
12	Serviço de transporte terrestre (ida e volta)	Traslado	2

7.5. Memória de Cálculo dos Quantitativos

a) Hospedagem – apartamentos single

A estimativa de até 20 diárias em apartamentos single foi definida considerando:

- palestrantes convidados;
- autoridades;
- participantes com necessidade específica de acomodação individual;
- margem operacional para ajustes logísticos da ocupação.

b) Hospedagem – apartamentos duplos

A estimativa de até 200 diárias em apartamentos duplos foi definida considerando:

- quantitativo máximo estimado de participantes;
- modelo predominante de acomodação compartilhada;
- histórico de ocupação em eventos anteriores;
- possibilidade de participação de acompanhantes.

O quantitativo representa limite máximo estimado, sendo o pagamento realizado conforme efetiva ocupação.

c) Auditório principal

A previsão de utilização do auditório principal por 2 diárias decorre da necessidade de realização:

- da abertura institucional;
- de palestras conjuntas;
- de painéis plenários;
- de atividades comuns aos participantes.

A capacidade estimada considera:

- acomodação confortável;
- circulação adequada;
- instalação de equipamentos audiovisuais;
- atendimento às normas de segurança e acessibilidade.

d) Salas simultâneas

A previsão de utilização de duas salas simultâneas decorre da divisão temática das atividades técnicas entre:

- Consultoria Geral;
- Contencioso Geral;
- Contencioso Tributário-Fiscal.

As salas deverão permitir a realização simultânea das atividades no segundo dia do evento.

e) Serviço de água mineral

O quantitativo foi estimado considerando:

- duração integral das atividades;
- necessidade de reposição contínua;
- atendimento às mesas diretoras;
- atendimento aos participantes nas salas de eventos.

f) Serviços de áudio e audiovisual

A estimativa considera:

- funcionamento simultâneo das salas;
- duração integral das atividades;
- necessidade de suporte técnico contínuo;
- utilização intensiva de equipamentos audiovisuais.

g) Filmagem das palestras

A previsão de 2 diárias decorre da necessidade de cobertura integral das atividades académicas realizadas durante os dois dias do evento, abrangendo:

- auditório principal;
- salas simultâneas;
- gravação das apresentações;
- disponibilização posterior do conteúdo institucional.

h) Cobertura fotográfica

A estimativa considera:

- cobertura integral do evento;
- registro institucional das atividades;
- documentação fotográfica das palestras, integração e solenidades;
- produção mínima prevista de registros fotográficos.

i) Coffee-break

O quantitativo estimado de 420 serviços corresponde:

- à previsão de até 210 participantes;
- à realização de dois serviços de coffee-break durante o evento.

Memória de cálculo:

- 210 participantes x 2 serviços = 420.

j) Refeições

O quantitativo estimado de 630 refeições considera:

- dois jantares;
- um almoço;
- participação máxima estimada de 210 participantes.

Memória de cálculo:

- 210 participantes x 3 refeições = 630.

k) Coquetel volante

A estimativa de 210 serviços corresponde ao quantitativo máximo estimado de participantes presentes no coquetel institucional realizado no primeiro dia do evento.

l) Transporte terrestre

A previsão de 2 unidades de traslado corresponde à disponibilização de 2 (dois) ônibus para realização do transporte coletivo dos participantes entre a Capital e o hotel onde ocorrerá o evento, contemplando os percursos de ida e volta.

Os veículos deverão realizar:

- trajeto de ida: São Paulo/SP (Rua Pamplona, 227) até o hotel, no primeiro dia do evento;
- trajeto de retorno: hotel até São Paulo/SP (Rua Pamplona, 227), no dia seguinte ao encerramento do evento.

A estimativa considera a necessidade de transporte coletivo institucional para atendimento dos participantes.

7.6. Considerações sobre os Quantitativos

Os quantitativos apresentados possuem natureza estimativa e foram definidos com base em critérios de razoabilidade, histórico institucional e necessidade operacional do evento.

A adoção de quantitativos máximos visa:

- assegurar flexibilidade operacional;
- evitar insuficiência de serviços;
- garantir adequada execução do evento;
- permitir adaptação à adesão efetiva dos participantes.

O pagamento ocorrerá exclusivamente em relação aos quantitativos efetivamente utilizados e devidamente atestados pela fiscalização contratual, observando-se o regime de empreitada por preço unitário.

7.7. Adequação dos Quantitativos ao Interesse Público

Os quantitativos estimados mostram-se compatíveis:

- com o porte do evento;
- com a necessidade institucional da PGE-SP;
- com o histórico de participação em encontros anteriores;
- com a capacidade operacional necessária à adequada execução da solução.

Não foram identificados indícios de superdimensionamento ou subdimensionamento relevantes, entendendo-se que os quantitativos definidos atendem adequadamente ao interesse público e à finalidade da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.200.000,00

8.1. A estimativa do valor da contratação será elaborada posteriormente pela área competente, mediante realização de pesquisa de preços, observadas as disposições do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

8.2. A pesquisa deverá considerar:

- os quantitativos estimados definidos neste Estudo Técnico Preliminar;
- as especificações técnicas do objeto;
- o padrão de qualidade exigido;
- a complexidade operacional da solução;
- os custos inerentes à execução integrada dos serviços.

8.3. A formação do preço estimado deverá contemplar todos os custos necessários à plena execução contratual, incluindo, entre outros:

- hospedagem;
- alimentação;
- coffee-break;
- coquetel;
- locação de auditórios e salas;
- infraestrutura audiovisual;
- serviços técnicos especializados;
- filmagem e fotografia;
- transporte terrestre;
- mão de obra;
- tributos;
- encargos sociais;
- seguros;
- despesas operacionais;
- logística;
- materiais;
- equipamentos;
- demais custos diretos e indiretos relacionados ao objeto.

8.4. Metodologia para Estimativa de Preços

A pesquisa de preços deverá observar metodologia compatível com a natureza do objeto, priorizando:

- contratações similares realizadas pela Administração Pública;
- preços praticados no mercado especializado;
- propostas comerciais obtidas junto a fornecedores do ramo;
- painéis oficiais de preços, quando aplicáveis;
- outros meios idôneos admitidos pela legislação.

Considerando a especificidade da contratação e o caráter integrado da solução, poderá haver limitação de referências disponíveis em bases públicas padronizadas, especialmente em razão:

- da singularidade operacional do evento;
- do padrão de infraestrutura exigido;
- da combinação simultânea de múltiplos serviços;
- da localização geográfica delimitada;
- da sazonalidade das datas pretendidas.

Nessa hipótese, a pesquisa poderá ser complementada por cotações diretas junto a fornecedores especializados do segmento de hotelaria e eventos corporativos.

8.5. Critérios para Formação da Estimativa

A estimativa deverá considerar:

- os quantitativos máximos previstos;
- a execução em ambiente hoteleiro único;
- a prestação integrada dos serviços;
- o padrão técnico equivalente a hotel categoria 5 estrelas;
- a necessidade de suporte operacional contínuo;
- a execução simultânea de múltiplos serviços especializados.

Também deverão ser considerados fatores que impactam diretamente a composição de preços, tais como:

- período de realização do evento;
- disponibilidade da rede hoteleira;
- capacidade de acomodação exigida;
- estrutura audiovisual;
- alimentação para grande número de participantes;
- logística operacional integrada;
- disponibilidade de salas simultâneas;
- deslocamento terrestre dos participantes.

8.6. Pagamento por Demanda Efetivamente Executada

Embora a contratação considere quantitativos máximos estimados, o pagamento ocorrerá conforme os serviços efetivamente utilizados e devidamente atestados pela fiscalização contratual, especialmente em relação:

- à hospedagem;
- às refeições;
- aos coffee-breaks;
- ao coquetel;
- aos demais itens variáveis da execução.

Tal sistemática:

- promove maior aderência ao princípio da economicidade;
- evita pagamentos por serviços não utilizados;
- permite adequação à participação efetiva no evento;
- assegura maior eficiência na gestão contratual.

8.7. Compatibilidade com os Princípios da Economicidade e Eficiência

A estimativa de valor deverá observar os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa, buscando compatibilizar:

- qualidade da solução;
- segurança operacional;
- atendimento das necessidades institucionais;
- racionalidade do gasto público.

A exigência de infraestrutura compatível com hotel de padrão equivalente a 5 estrelas decorre da necessidade objetiva de atendimento das características operacionais do evento, não configurando exigência supérflua ou incompatível com o interesse público.

A futura pesquisa de preços deverá demonstrar a compatibilidade dos valores estimados com os preços praticados no mercado para soluções equivalentes.

8.8. Considerações sobre a Variabilidade dos Custos

A Administração deverá considerar, durante a elaboração do orçamento estimativo, que os preços relacionados ao setor de hotelaria e eventos podem sofrer variações decorrentes de fatores como:

- sazonalidade;
- disponibilidade da rede hoteleira;
- calendário de eventos corporativos;
- localização do empreendimento;
- taxa de ocupação;
- custos logísticos;
- variações inflacionárias;
- disponibilidade de serviços especializados.

Por essa razão, a pesquisa de preços deverá ser realizada em período compatível com a futura publicação do certame, de modo a assegurar maior aderência à realidade mercadológica vigente.

8.9. Conclusão

A estimativa do valor da contratação será definida em procedimento específico de pesquisa de preços, observando-se os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis, de forma a assegurar compatibilidade entre:

- os custos estimados;
- a solução pretendida;
- os preços praticados no mercado;
- o interesse público envolvido na contratação.

A metodologia adotada deverá permitir adequada formação do orçamento estimativo da contratação, assegurando transparência, eficiência e segurança jurídica ao procedimento licitatório.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade técnica e econômica do parcelamento da solução pretendida, considerando as características do objeto, a dinâmica operacional do evento e o interesse público envolvido.

9.2. Após análise técnica, concluiu-se que a contratação deverá ocorrer em lote único, sem parcelamento do objeto, em razão da elevada integração e interdependência entre os serviços que compõem a solução.

9.3. Natureza Integrada da Solução

A contratação pretendida possui natureza eminentemente integrada, envolvendo a execução coordenada e simultânea de múltiplos serviços interdependentes, dentre os quais:

- hospedagem;
- locação de auditórios;
- salas simultâneas;
- alimentação;
- coffee-break;
- coquetel;
- infraestrutura audiovisual;
- filmagem;
- fotografia;
- transporte terrestre;
- apoio operacional.

Os serviços apresentam forte relação de dependência operacional, exigindo:

- compatibilidade logística;
- sincronização de horários;
- integração física dos ambientes;
- coordenação centralizada;
- resposta imediata a intercorrências;
- gestão operacional contínua durante toda a execução do evento.

Nesse contexto, a fragmentação da contratação comprometeria a eficiência da solução e aumentaria significativamente os riscos operacionais.

9.4. Inviabilidade Técnica do Parcelamento

O parcelamento do objeto poderia ocasionar:

- descontinuidade operacional;
- conflitos de responsabilidade entre fornecedores;
- incompatibilidade entre estruturas e serviços;
- dificuldades de coordenação logística;
- aumento da probabilidade de falhas na execução;
- prejuízo à integração institucional pretendida;
- aumento da complexidade da fiscalização contratual.

A execução do evento exige atuação coordenada entre:

- hospedagem;
- alimentação;
- infraestrutura técnica;
- programação acadêmica;
- deslocamentos;
- suporte operacional.

A eventual contratação de múltiplos fornecedores poderia gerar situações em que falhas de um serviço impactassem diretamente os demais, dificultando a responsabilização e comprometendo a adequada execução do evento.

Além disso, a necessidade de realização do encontro em ambiente hoteleiro único reforça a inviabilidade prática da segmentação contratual.

9.5. Ganhos de Eficiência Administrativa

A contratação integrada em lote único proporciona:

- centralização da gestão contratual;
- simplificação da fiscalização;
- padronização da execução;
- melhor coordenação logística;
- redução de custos administrativos indiretos;
- maior eficiência operacional;
- otimização da comunicação entre contratante e contratada;
- maior agilidade na solução de problemas operacionais.

Também favorece:

- a responsabilização objetiva da contratada;
- o controle da qualidade dos serviços;
- a continuidade operacional do evento;
- a mitigação de riscos decorrentes da fragmentação da execução.

9.6. Economicidade da Contratação Integrada

Sob a perspectiva econômica, a contratação integrada tende a apresentar maior vantajosidade para a Administração, considerando:

- racionalização dos custos operacionais;
- aproveitamento de economias de escala;
- redução de custos indiretos de mobilização;
- integração logística dos serviços;
- diminuição de despesas administrativas de gestão e fiscalização.

Além disso, fornecedores especializados em hotelaria e eventos corporativos normalmente operam soluções integradas, possuindo estrutura própria ou rede operacional apta à execução coordenada do objeto.

Assim, o parcelamento poderia, inclusive, resultar em aumento global de custos, decorrente da duplicidade de estruturas operacionais e da perda de sinergia entre os serviços.

9.7. Competitividade da Licitação

A ausência de parcelamento não compromete a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de empresas e grupos econômicos especializados aptos à execução integral da solução pretendida.

O levantamento de mercado demonstrou a existência de fornecedores com capacidade operacional para prestação integrada dos serviços de:

- hotelaria;
- eventos corporativos;
- alimentação;
- infraestrutura técnica;
- apoio operacional.

Dessa forma, a modelagem adotada mostra-se compatível com a realidade mercadológica do setor.

9.8. Adjudicação Global do Objeto

Em razão da indivisibilidade operacional da solução, a adjudicação deverá ocorrer pelo valor global do objeto, mantendo-se:

- unidade de gestão;
- integração logística;
- padronização da execução;
- centralização da responsabilidade contratual.

O regime de execução permanecerá sob empreitada por preço unitário, com pagamento conforme efetiva utilização dos serviços demandados e devidamente atestados pela fiscalização contratual.

9.9. Conclusão

Diante das características da contratação, conclui-se pela inviabilidade técnica e inconveniência administrativa do parcelamento da solução, sendo a contratação integrada em lote único a alternativa mais adequada ao atendimento do interesse público.

A modelagem adotada:

- preserva a eficiência operacional do evento;
- reduz riscos de execução;
- facilita a gestão e fiscalização contratual;
- assegura maior integração entre os serviços;
- promove economicidade administrativa;
- garante maior segurança à execução da contratação.

Assim, a solução mostra-se compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, foi realizada análise acerca da existência de contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto pretendido.

Entendem-se como:

- contratações correlatas: aquelas que guardam relação com o objeto principal, mas que podem existir de forma autônoma;
- contratações interdependentes: aquelas cuja execução depende diretamente da contratação principal ou que dela dependem para produzir os resultados pretendidos.

10.2. Contratações Correlatas Identificadas

Foram identificadas como potencialmente correlatas ao objeto:

- contratação de palestrantes ou professores convidados;
- emissão de passagens aéreas eventualmente necessárias;
- serviços gráficos e materiais institucionais;
- divulgação institucional do evento;
- apoio administrativo interno;
- serviços de credenciamento, caso não absorvidos pela futura contratada;
- aquisição de materiais de apoio aos participantes.

Tais contratações, entretanto:

- possuem caráter acessório;
- não integram diretamente o núcleo essencial da solução;
- podem ser executadas de forma independente;
- não comprometem a viabilidade da contratação principal.

10.3. Contratações Interdependentes

Não foram identificadas contratações interdependentes indispensáveis à viabilidade da presente contratação.

A solução pretendida possui autonomia operacional suficiente para sua execução integral, desde que observadas as condições previstas no futuro Termo de Referência e no respectivo contrato.

A futura contratação deverá contemplar, de forma integrada:

- hospedagem;
- alimentação;
- infraestrutura de eventos;
- serviços audiovisuais;
- transporte;
- apoio operacional;
- demais serviços necessários à realização do encontro.

Assim, a solução mostra-se autossuficiente sob a perspectiva operacional e logística.

10.4. Integração com Atividades Institucionais da Administração

Embora não existam contratações interdependentes obrigatórias, a execução do evento dependerá de ações administrativas internas da PGE-SP, especialmente relacionadas:

- à definição da programação acadêmica;
- à indicação de palestrantes;
- à organização institucional do encontro;
- à definição dos participantes;
- ao acompanhamento e fiscalização contratual;
- ao credenciamento e recepção institucional.

Tais atividades constituem atribuições ordinárias da Administração e não configuram contratação pública autônoma.

10.5. Possibilidade de Aproveitamento de Contratações Vigentes

A Administração poderá avaliar, oportunamente, a possibilidade de aproveitamento de eventuais contratos administrativos vigentes relacionados:

- à emissão de passagens;
- à produção gráfica;
- ao apoio institucional;
- à tecnologia da informação;
- à comunicação institucional.

Todavia, eventual utilização dessas contratações acessórias não altera a necessidade da presente contratação nem interfere na solução principal proposta neste ETP.

10.6. Conclusão

Conclui-se que:

- não existem contratações interdependentes indispensáveis à viabilidade da solução;
- eventuais contratações correlatas possuem caráter acessório e autônomo;
- a solução proposta possui autonomia operacional para atendimento integral da necessidade administrativa.

Dessa forma, a presente contratação pode ser executada de maneira independente, sem necessidade de prévia formalização de outros ajustes contratuais vinculados ao objeto principal.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – PGE-SP, especialmente no que se refere às atividades de capacitação, atualização jurídica, integração funcional e aperfeiçoamento institucional dos Procuradores do Estado.

11.2. Nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, a contratação mostra-se compatível com o planejamento institucional da Administração e com as atribuições legalmente conferidas ao Centro de Estudos da PGE-SP.

11.3. Alinhamento Institucional

A contratação guarda aderência direta às competências institucionais do Centro de Estudos da PGE-SP, previstas no art. 46 da Lei Complementar Estadual nº 1.270/2015, especialmente quanto:

- ao aprimoramento profissional e cultural dos Procuradores do Estado;
- à promoção de atividades de atualização jurídica;
- ao incentivo à integração institucional;
- ao desenvolvimento técnico e funcional dos integrantes da Instituição.

O 58º Curso de Atualização Jurídica – Encontro de Procuradores do Estado constitui atividade tradicional e estratégica da Instituição, voltada:

- à uniformização de entendimentos jurídicos;
- à discussão de temas relevantes para a atuação institucional;
- ao compartilhamento de experiências entre unidades;
- ao fortalecimento da atuação integrada da PGE-SP.

11.4. Compatibilidade com o Planejamento Administrativo

A contratação mostra-se compatível com o planejamento administrativo da PGE-SP, considerando:

- a necessidade periódica de realização dos encontros institucionais;
- a previsão de ações de capacitação e integração funcional;
- a continuidade das atividades de aperfeiçoamento técnico dos Procuradores;
- a relevância institucional do evento para a atuação finalística do órgão.

A solução proposta também se alinha às diretrizes de:

- governança das contratações públicas;
- planejamento prévio;
- eficiência administrativa;
- racionalização da gestão contratual;
- busca de resultados institucionais.

11.5. Compatibilidade com o Plano de Contratações Anual

A contratação deverá observar sua compatibilidade com o Plano de Contratações Anual (PCA) da Administração, quando aplicável, bem como com a disponibilidade orçamentária correspondente.

Caso ainda não formalmente registrada no PCA à época da elaboração deste ETP, a demanda deverá ser objeto de inclusão ou adequação no planejamento anual de contratações do órgão, em conformidade com os normativos internos vigentes.

11.6. Planejamento da Execução do Evento

A definição antecipada:

- das datas possíveis de realização;
- do quantitativo estimado de participantes;
- da localização pretendida;
- dos requisitos técnicos;
- da modelagem da solução;
demonstra que a contratação está sendo conduzida de forma planejada e estruturada, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

O planejamento prévio da contratação busca:

- reduzir riscos de execução;
- ampliar a eficiência administrativa;
- assegurar adequada instrução processual;
- garantir previsibilidade operacional;
- possibilitar maior competitividade do certame.

11.7. Alinhamento com os Objetivos Estratégicos da Administração

A contratação contribui diretamente para:

- fortalecimento institucional da PGE-SP;
- integração entre Procuradores das diversas áreas de atuação;
- atualização jurídica contínua;
- disseminação de boas práticas institucionais;
- aperfeiçoamento técnico da atuação jurídica estatal;
- desenvolvimento organizacional da Instituição.

O modelo de realização em ambiente de imersão institucional também favorece:

- maior participação dos integrantes;
- ampliação da interação entre áreas;
- troca de experiências profissionais;
- construção de soluções institucionais integradas.

11.8.. Conclusão

Conclui-se que a presente contratação encontra-se alinhada:

- às competências legais do Centro de Estudos da PGE-SP;
- às necessidades institucionais da Procuradoria Geral do Estado;
- ao planejamento administrativo do órgão;
- às diretrizes da Lei nº 14.133/2021;
- aos princípios da eficiência, planejamento e governança das contratações públicas.

A solução proposta mostra-se adequada à consecução dos objetivos institucionais relacionados à capacitação, integração e aprimoramento técnico dos Procuradores do Estado de São Paulo.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação pretendida visa proporcionar benefícios institucionais, operacionais e administrativos à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo – PGE-SP, especialmente no que se refere ao aprimoramento técnico dos Procuradores do Estado, à integração institucional e à melhoria da atuação jurídica estatal.

12.2. A realização do 58º Curso de Atualização Jurídica – Encontro de Procuradores do Estado de São Paulo permitirá a promoção de ambiente estruturado para discussão técnica, compartilhamento de experiências e uniformização de entendimentos jurídicos relevantes à atuação institucional da PGE-SP.

12.3. Benefícios Institucionais

A contratação contribuirá para:

- fortalecimento institucional da PGE-SP;
- integração entre Procuradores das diversas unidades e áreas de atuação;
- disseminação de boas práticas jurídicas e administrativas;
- alinhamento institucional de teses e estratégias de atuação;
- fortalecimento da identidade organizacional;
- estímulo à cooperação entre unidades da Instituição.

A realização do encontro em ambiente de imersão institucional favorece a ampliação da interação profissional entre os participantes, permitindo maior aproximação entre:

- Consultoria Geral;
- Contencioso Geral;
- Contencioso Tributário-Fiscal;
- unidades regionais;
- Administração Superior.

12.4. Benefícios Técnicos e Acadêmicos

A contratação possibilitará:

- atualização jurídica contínua dos Procuradores do Estado;
- aprofundamento de temas relevantes à atuação institucional;
- debate técnico qualificado;
- intercâmbio de experiências profissionais;
- análise de questões jurídicas contemporâneas;
- aperfeiçoamento das práticas institucionais.

Também permitirá:

- maior uniformização de entendimentos jurídicos;
- compartilhamento de soluções aplicadas em diferentes unidades;
- desenvolvimento de estratégias integradas de atuação;
- fortalecimento da atuação técnica da Instituição.

O modelo de palestras, painéis temáticos e atividades simultâneas favorece abordagem especializada das demandas próprias de cada área de atuação da PGE-SP.

12.5. Benefícios Operacionais

A adoção de solução integrada em ambiente hoteleiro único proporcionará:

- redução de deslocamentos internos;
- maior aproveitamento da programação;
- otimização logística;
- centralização operacional dos serviços;
- maior conforto e segurança aos participantes;
- simplificação da gestão do evento.

A contratação integrada também permitirá:

- melhor coordenação entre hospedagem, alimentação e atividades técnicas;
- redução de riscos operacionais;
- maior eficiência da fiscalização contratual;
- maior previsibilidade na execução dos serviços.

12.6. Benefícios Administrativos

A modelagem da contratação em lote único e com execução integrada contribuirá para:

- racionalização administrativa;
- simplificação da gestão contratual;
- redução de custos indiretos de fiscalização;
- centralização da responsabilização da contratada;
- melhoria do controle da execução;
- aumento da eficiência administrativa.

Além disso, o planejamento prévio da contratação:

- reduz riscos de falhas operacionais;
- amplia a segurança jurídica do procedimento;
- favorece maior competitividade;
- melhora a qualidade da futura contratação.

12.7. Benefícios Relacionados à Governança e Gestão do Conhecimento

O encontro institucional contribuirá para:

- fortalecimento da governança institucional;
- circulação do conhecimento jurídico entre unidades;
- consolidação de diretrizes institucionais;
- melhoria da comunicação organizacional;
- incentivo à atuação coordenada entre áreas.

A troca de experiências entre Procuradores de diferentes áreas e regiões do Estado tende a produzir reflexos positivos na atuação institucional cotidiana da PGE-SP.

12.8. Benefícios para a Eficiência da Atuação Institucional

A atualização permanente dos Procuradores e a uniformização de entendimentos jurídicos tendem a gerar impactos positivos:

- na qualidade técnica das manifestações jurídicas;
- na eficiência da defesa judicial e consultiva do Estado;
- na segurança jurídica das atuações institucionais;
- na redução de divergências interpretativas;
- na melhoria da atuação estratégica da PGE-SP.

Tais benefícios possuem potencial de repercussão indireta:

- na eficiência administrativa do Estado;
- na prevenção de litígios;
- na melhoria da prestação de serviços públicos;
- na proteção do interesse público.

12.9. Conclusão

A contratação pretendida apresenta benefícios relevantes sob as perspectivas:

- institucional;
- técnica;
- operacional;
- administrativa;
- estratégica.

A solução proposta mostra-se adequada ao fortalecimento das atividades de capacitação, integração e aperfeiçoamento institucional da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, contribuindo para melhoria contínua da atuação jurídica estatal e para o desenvolvimento organizacional da Instituição.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a adequada execução da contratação pretendida, a Administração deverá adotar previamente medidas administrativas, operacionais e de gestão necessárias à regular instrução do processo licitatório e ao acompanhamento da futura execução contratual.

As providências abaixo relacionadas visam assegurar:

- adequada preparação da contratação;
- redução de riscos operacionais;
- eficiência da execução;
- regularidade procedimental;
- compatibilidade entre a solução pretendida e as necessidades institucionais.

13.2. Providências Relacionadas à Instrução da Contratação

Deverão ser adotadas as seguintes medidas administrativas:

- elaboração do Termo de Referência;
- realização da pesquisa de preços;
- elaboração da estimativa do valor da contratação;
- verificação de disponibilidade orçamentária;
- definição da modalidade e critério de julgamento da licitação;
- análise jurídica do procedimento;
- formalização das aprovações internas necessárias;
- inclusão ou compatibilização da demanda com o Plano de Contratações Anual, quando aplicável.

Também deverá ser promovida a adequada consolidação:

- das especificações técnicas;
- das condições de execução;
- dos critérios de medição e pagamento;
- das obrigações da contratada;
- dos mecanismos de fiscalização contratual.

13.3. Providências Relacionadas ao Planejamento do Evento

A Administração deverá:

- definir a programação preliminar do evento;
- consolidar os temas institucionais a serem abordados;
- identificar palestrantes e autoridades participantes;
- estimar quantitativos efetivos de participantes;
- definir cronograma operacional do encontro;
- organizar a logística institucional necessária.

Também deverão ser definidos:

- horários das atividades;
- utilização das salas simultâneas;
- programação das refeições;
- dinâmica do credenciamento;
- organização do transporte dos participantes.

13.4. Providências Relacionadas à Fiscalização Contratual

A Administração deverá designar formalmente:

- gestor do contrato;
- fiscais técnicos e administrativos, quando necessário;
- equipe de apoio à fiscalização do evento.

Os agentes designados deverão acompanhar:

- execução dos serviços;
- cumprimento da programação;
- qualidade da infraestrutura disponibilizada;
- execução dos serviços de alimentação;
- funcionamento dos equipamentos audiovisuais;
- regularidade da hospedagem;
- prestação dos serviços de transporte;
- atendimento das obrigações contratuais.

A fiscalização deverá ocorrer:

- previamente ao início do evento;
- durante toda a execução;
- após o encerramento dos serviços.

13.5. Providências Relacionadas à Logística Operacional

Antes da realização do evento, deverão ser promovidas:

- validação dos quantitativos efetivos;
- conferência das reservas de hospedagem;
- definição das acomodações;
- confirmação da estrutura física disponibilizada;
- alinhamento operacional com a contratada;
- validação dos cardápios;
- conferência da infraestrutura tecnológica;
- confirmação dos horários de transporte.

A Administração também deverá:

- encaminhar relação nominal dos participantes;
- informar necessidades específicas de acessibilidade;
- comunicar eventuais restrições alimentares;
- validar previamente os ambientes destinados ao evento.

13.6. Providências Relacionadas à Gestão de Riscos

Durante a fase preparatória da contratação deverão ser observadas medidas voltadas à mitigação de riscos, especialmente relacionados:

- à indisponibilidade da estrutura hoteleira nas datas pretendidas;
- à variação do quantitativo de participantes;
- a falhas operacionais de audiovisual;
- a problemas logísticos de transporte;
- à inadequação da infraestrutura;
- a falhas na prestação dos serviços de alimentação;
- a indisponibilidade de internet ou equipamentos tecnológicos;
- a intercorrências na hospedagem.

Poderão ser previstas no Termo de Referência:

- cláusulas de contingência;
- exigências mínimas de capacidade operacional;
- mecanismos de substituição emergencial de equipamentos;
- requisitos de suporte técnico contínuo;
- sanções por descumprimento contratual.

13.7. Necessidade de Capacitação

Não se identificou necessidade de capacitação específica adicional dos servidores da Administração para acompanhamento da execução contratual, considerando que:

- a contratação possui natureza comum de prestação de serviços;
- a fiscalização poderá ser realizada por equipe administrativa regularmente designada;
- os procedimentos de acompanhamento contratual já integram as atribuições ordinárias dos servidores envolvidos.

Todavia, recomenda-se alinhamento prévio entre os fiscais e a área demandante quanto:

- ao cronograma do evento;
- às especificações técnicas;
- aos critérios de medição;
- às rotinas de acompanhamento operacional.

13.8. Providências Relacionadas à Formalização Contratual

Deverão ser observadas, previamente à assinatura contratual:

- conferência da documentação de habilitação;
- verificação da regularidade fiscal e trabalhista da futura contratada;
- análise da capacidade operacional;
- conferência das certidões obrigatórias;
- validação das condições de execução ofertadas.

Também deverão ser formalizados:

- cronograma de execução;
- canais de comunicação operacional;
- definição do preposto da contratada;
- fluxo de atendimento de demandas emergenciais.

13.9. Conclusão

As providências acima relacionadas mostram-se suficientes para viabilizar:

- adequada instrução da contratação;
- regular execução do evento;
- fiscalização eficiente dos serviços;
- mitigação dos principais riscos operacionais;
- atendimento das necessidades institucionais da PGE-SP.

O planejamento prévio e a adoção das medidas administrativas indicadas contribuem para maior eficiência, segurança jurídica e efetividade da futura contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em observância aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, foram analisados os possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação pretendida, bem como medidas mitigadoras passíveis de adoção durante a execução contratual.

Considerando a natureza do objeto, verificou-se que a contratação possui impactos ambientais predominantemente indiretos e de baixa complexidade, relacionados principalmente:

- ao consumo de energia elétrica;
- ao consumo de água;
- à geração de resíduos sólidos;
- ao deslocamento terrestre dos participantes;
- ao uso de materiais descartáveis;
- à operação da infraestrutura hoteleira e de eventos.

14.2. Impactos Ambientais Potencialmente Associados à Contratação

A realização do evento poderá gerar impactos ambientais relacionados:

- ao aumento temporário do consumo de recursos naturais;
- à geração de resíduos recicláveis e orgânicos;
- ao consumo de combustíveis no transporte dos participantes;
- ao uso de equipamentos audiovisuais e climatização;
- ao descarte de embalagens e materiais de apoio.

Também podem ocorrer impactos decorrentes:

- da utilização de utensílios descartáveis;
- do desperdício de alimentos;
- do elevado consumo de água em serviços de hotelaria;
- da operação contínua de sistemas de iluminação e refrigeração.

Todavia, tais impactos mostram-se compatíveis com a natureza do evento e podem ser mitigados mediante adoção de boas práticas ambientais.

14.3. Medidas Mitigadoras e Boas Práticas Sustentáveis

Sempre que possível e compatível com a execução contratual, deverão ser incentivadas práticas voltadas à sustentabilidade ambiental, tais como:

- utilização racional de água e energia;
- redução do uso de materiais descartáveis;
- priorização de utensílios reutilizáveis;
- destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- separação de resíduos recicláveis;
- adoção de medidas para redução do desperdício de alimentos;
- utilização de iluminação e climatização eficientes.

Poderão ser observadas pela contratada práticas como:

- coleta seletiva;
- utilização de produtos biodegradáveis;
- programas internos de sustentabilidade;
- reaproveitamento responsável de resíduos;
- controle do consumo de recursos naturais.

14.4. Sustentabilidade na Prestação dos Serviços de Alimentação

Nos serviços de alimentação, recomenda-se:

- adequado planejamento quantitativo para evitar desperdícios;
- correta conservação dos alimentos;
- descarte ambientalmente adequado de resíduos orgânicos;
- utilização preferencial de utensílios reutilizáveis;
- observância das boas práticas sanitárias e ambientais.

Sempre que operacionalmente viável, poderá ser incentivada:

- redução de embalagens individuais;
- racionalização do uso de copos descartáveis;
- utilização de recipientes reutilizáveis ou recicláveis.

14.5. Sustentabilidade no Transporte

A utilização de transporte coletivo para deslocamento dos participantes contribui para:

- redução proporcional da emissão de poluentes;
- diminuição do número de veículos individuais em circulação;
- racionalização logística do deslocamento dos participantes.

Os veículos utilizados deverão:

- atender às exigências legais de segurança e regularidade;
- possuir manutenção adequada;
- observar as normas ambientais aplicáveis ao transporte de passageiros.

14.6. Sustentabilidade na Infraestrutura Hoteleira

A Administração poderá priorizar, durante a execução contratual, empreendimentos que adotem práticas sustentáveis compatíveis com a atividade hoteleira, tais como:

- gestão eficiente de recursos hídricos;
- uso racional de energia;
- programas de reciclagem;
- redução de desperdícios;
- manutenção preventiva de equipamentos;
- acessibilidade e responsabilidade socioambiental.

Tais práticas, entretanto, não constituirão requisito restritivo de habilitação, salvo previsão específica no Termo de Referência e desde que compatível com a legislação aplicável.

14.7. Conformidade com a Legislação Ambiental

A futura contratada deverá observar:

- a legislação ambiental aplicável;
- as normas sanitárias pertinentes;
- as regras de destinação de resíduos;
- as normas relativas ao transporte de passageiros;
- os requisitos de segurança e sustentabilidade compatíveis com a execução do objeto.

A execução contratual deverá ocorrer de modo a minimizar impactos ambientais desnecessários, observando boas práticas de responsabilidade ambiental.

14.8. Conclusão

A contratação pretendida não apresenta impactos ambientais relevantes ou de alta complexidade, sendo os potenciais impactos identificados compatíveis com a natureza do objeto e passíveis de mitigação mediante adoção de boas práticas operacionais e ambientais.

A solução proposta mostra-se compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração incentivar práticas ambientalmente responsáveis durante a execução contratual, sem prejuízo da competitividade do certame e da adequada prestação dos serviços.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com fundamento no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e considerando as análises realizadas ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade da contratação de serviços especializados para a realização do 58º Curso de Atualização Jurídica – Encontro de Procuradores do Estado de São Paulo, em ambiente hoteleiro único, compreendendo hospedagem, locação de espaços para eventos, alimentação, serviços audiovisuais, filmagem, fotografia, transporte e demais serviços correlatos necessários à plena execução do evento.

A análise técnica realizada demonstrou que:

- a necessidade administrativa encontra-se devidamente caracterizada;
- a contratação possui amparo nas competências institucionais do Centro de Estudos da PGE-SP;
- a solução proposta atende ao interesse público;
- existem fornecedores aptos à execução do objeto no mercado;
- a modelagem da contratação é compatível com a realidade mercadológica;
- a contratação integrada em lote único mostra-se tecnicamente adequada e economicamente vantajosa;
- os requisitos definidos são proporcionais e compatíveis com a natureza do objeto;
- os riscos operacionais identificados são administráveis e mitigáveis;
- a solução apresenta viabilidade operacional, logística e administrativa.

15.2. Viabilidade Técnica

A solução proposta mostra-se tecnicamente viável, considerando:

- a disponibilidade de empreendimentos hoteleiros aptos ao atendimento das exigências do evento;
- a existência de empresas especializadas em organização de eventos corporativos integrados;
- a compatibilidade entre os requisitos técnicos definidos e as práticas usuais do mercado;
- a possibilidade de execução integrada dos serviços em ambiente único.

A modelagem adotada favorece:

- a integração institucional dos participantes;
- a eficiência operacional do evento;
- a centralização da logística;
- a adequada coordenação das atividades acadêmicas e administrativas.

15.3. Viabilidade Operacional

A contratação apresenta viabilidade operacional, tendo em vista:

- a definição prévia das necessidades da Administração;
- o detalhamento das especificações técnicas;
- a estimativa de quantitativos;
- a delimitação das localidades aptas à execução;
- a previsão de mecanismos de fiscalização e controle.

A realização do evento em ambiente hoteleiro único possibilita:

- melhor aproveitamento da programação;
- redução de deslocamentos;
- maior integração entre os participantes;
- simplificação da gestão contratual;
- redução de riscos de execução.

15.4. Viabilidade Econômica

A solução mostra-se economicamente viável em razão:

- da racionalização administrativa proporcionada pela contratação integrada;
- da redução de custos indiretos de gestão e fiscalização;
- da possibilidade de aproveitamento de economias de escala;
- da existência de competitividade no mercado especializado;
- da adequação do regime de empreitada por preço unitário.

Além disso, o pagamento por demanda efetivamente utilizada contribui para:

- maior controle da despesa pública;
- adequação entre execução e faturamento;
- redução de pagamentos desnecessários;
- maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

15.5. Compatibilidade com a Lei nº 14.133/2021

A contratação mostra-se compatível com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- planejamento;
- eficiência;
- economicidade;
- interesse público;
- transparência;
- competitividade;
- governança das contratações;
- desenvolvimento nacional sustentável.

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, contemplando os elementos necessários à adequada fundamentação da futura contratação.

15.6. Conclusão Final

Diante das análises realizadas, declara-se viável a contratação pretendida, considerando que a solução proposta:

- atende adequadamente à necessidade administrativa identificada;
- possui viabilidade técnica, operacional e econômica;
- encontra respaldo jurídico e institucional;
- mostra-se compatível com as práticas de mercado;
- contribui para o fortalecimento institucional da PGE-SP;
- favorece o aprimoramento técnico e a integração dos Procuradores do Estado.

Assim, recomenda-se o prosseguimento da contratação, com a elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à instauração do procedimento licitatório correspondente, nos termos da legislação vigente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALVENIR CALCANHO DE OLIVEIRA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 16:57:08.

MARIANA BEATRIZ TADEU DE OLIVEIRA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 20/05/2026 às 17:01:30.